



X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

O EXERCÍCIO DOCENTE FRENTE AOS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Dr^a. Crisolita Gonçalves dos Santos Costa ¹

Juliana Silva da Silva ²

Patrícia Kailany Batista Santana ³

Yzabelle Santos de Lima ⁴

RESUMO

A pesquisa incide sobre o exercício docente em relação aos sistemas de avaliação, analisando a percepção dos professores diante desses mecanismos, identificando como interpretam e utilizam no processo de ensino e aprendizagem, além de refletir a limitação da autonomia dos docentes frente às avaliações externas, que ocupam um lugar central em sua prática pedagógica. É importante ressaltar que a avaliação educacional, seja em sua dimensão diagnóstica, formativa ou somativa, influência de forma direta no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) a partir dos sistemas padronizados de nível nacional, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e de nível estadual como o Sistema Paraense de Avaliação Educacional (SISPAE). A pesquisa fundamenta-se metodologicamente em uma abordagem qualitativa, com aplicação de entrevistas a professores da educação básica, com o intuito de compreender as percepções docentes sobre a função e o impacto dos sistemas avaliativos externos em sua prática cotidiana. Os resultados revelam, que embora as avaliações tenham a função de promover dados para a formulação de políticas públicas para o âmbito educacional e monitorar a qualidade da educação básica. No entanto, os docentes tecem críticas a esse método padronizado que mensura a aprendizagem em números, ou seja, dando ênfase a resultados quantitativos para alcançar índices estabelecidos, desconsiderando aspectos qualitativos fundamentais para o desenvolvimento integral dos estudantes. Conclui-se então, que o ensino nesse contexto tem o papel apenas de atingir metas.

Palavras-chave: Avaliação Educacional, Desafios, Prática pedagógica.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as avaliações externas ganharam centralidade no setor educacional como instrumentos oficiais para o monitoramento da qualidade do ensino. Testes como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Sistema Paraense de Avaliação Educacional (SISPAE) passaram a orientar práticas pedagógicas e a influenciar diretamente a formulação de estratégias de gestão escolar e políticas públicas, além de influenciar de forma direta no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Entretanto, ao mesmo

¹ Doutora pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará- UFPA, crisolita@ufpa.br;

² Graduado pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, jsilva40717@gmail.com;

³ Graduado pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, batistapatricia863@gmail.com;

⁴ Graduado pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, yzabellesantosdl@gmail.com;





tempo em que essas avaliações são apresentadas como mecanismos de diagnóstico e melhoria do ensino, elas têm sido alvo de críticas por seu caráter padronizador e quantitativo, que muitas vezes desconsidera a diversidade sociocultural e as especificidades de cada contexto escolar, com o ato de medir ou avaliar o rendimento dos alunos. Assim de acordo com, Gatti (2003)

É preciso ter presente, também, que medir é diferente de avaliar. Ao medirmos um fenômeno por intermédio de uma escala, de provas, de testes, de instrumentos calibrados ou por uma classificação ou categorização, apenas estamos levantando dados sobre uma grandeza do fenômeno. (...) Mas, a partir das medidas, para termos uma avaliação é preciso que se construa o significado dessas grandes em relação ao que está sendo analisado quando considerado com um todo, em suas relações com outros fenômenos, suas características historicamente consideradas, o contexto de sua manifestação, dentro dos objetivos e metas definidos para o processo de avaliação, considerando os valores sociais envolvidos. (p. 110)

A partir dessa perspectiva, o presente estudo tem como objetivo analisar as percepções de algumas professoras da educação básica sobre os sistemas de avaliação externa, discutindo seus impactos na prática pedagógica, na autonomia docente e na aprendizagem dos estudantes. A pesquisa justifica-se pela necessidade de refletir criticamente sobre os efeitos desses sistemas na realidade escolar, considerando que, embora se proponham a promover a qualidade educacional, muitas vezes acabam limitando a ação docente e gerando pressões institucionais que reduzem a avaliação a um instrumento de controle.

Metodologicamente, o estudo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo, embasada teoricamente em Minayo (2012) e Bardin (2011). Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco professoras da rede pública de ensino, com experiência entre quinze e vinte e oito anos na educação básica, abrangendo desde a Educação Infantil até os anos finais do Ensino Fundamental. As falas das participantes foram submetidas à análise de conteúdo, possibilitando a identificação de categorias temáticas relacionadas à formação docente, autonomia, práticas pedagógicas e efeitos das avaliações sobre os alunos.

Os resultados evidenciaram que, embora as professoras reconheçam a importância diagnóstica das avaliações externas, prevalece uma visão crítica quanto ao seu formato e à forma como são utilizadas. As entrevistadas apontam que o modelo atual prioriza índices e ranqueamentos, desconsiderando o contexto real das escolas e os fatores socioemocionais que interferem no processo de aprendizagem. As falas revelam, ainda, que o sistema avaliativo gera pressão sobre docentes e estudantes, afetando a motivação e o bem-estar emocional. Em contrapartida, as participantes defendem a criação de modelos avaliativos integrados, que





articulem dimensões quantitativas e qualitativas, valorizando o contexto, a diversidade e o papel do professor como mediador do conhecimento.

Dessa forma, a pesquisa conclui que é necessário repensar as políticas de avaliação externa, de modo que elas deixem de ter um caráter meramente classificatório e passem a contribuir efetivamente para a transformação do ensino e da aprendizagem. Para isso, é imprescindível que os sistemas avaliativos sejam reorientados por princípios humanizadores e inclusivos, capazes de reconhecer a pluralidade das práticas pedagógicas e fortalecer a autonomia docente como elemento central na construção de uma educação pública de qualidade.

METODOLOGIA

A presente pesquisa ancora-se em uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e interpretativa, voltada à compreensão das percepções docentes acerca dos sistemas de avaliação externa e suas implicações no cotidiano escolar. De acordo com Minayo (2012), a pesquisa qualitativa permite apreender o universo simbólico e subjetivo dos sujeitos investigados, favorecendo a análise dos significados atribuídos às suas experiências e práticas pedagógicas. Assim, optou-se por esse enfoque por possibilitar a interpretação das falas docentes em sua complexidade, respeitando os contextos socioculturais nos quais estão inseridas.

O estudo foi realizado com professoras atuantes na educação básica da rede pública, tendo como principal instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Essa técnica, conforme Triviños (1987), combina perguntas previamente estruturadas com a flexibilidade para o entrevistador explorar novos aspectos emergentes durante a interação, o que favorece o aprofundamento das percepções e vivências dos participantes. As entrevistas foram conduzidas individualmente, em ambiente reservado, e registradas mediante autorização das participantes.

O roteiro da entrevista foi elaborado com base nos objetivos da pesquisa, contemplando eixos relacionados, à compreensão das docentes sobre os sistemas de avaliação externa (SAEB, IDEB e SISPAE); aos impactos desses mecanismos sobre a prática pedagógica e a autonomia docente; à percepção quanto à relação entre avaliação, ensino e aprendizagem.

Participaram da investigação cinco professoras da rede pública, identificadas como Professora 1 a Professora 5, para garantir o anonimato e preservar a ética na pesquisa. O tempo de experiência docente variou entre 15 e 28 anos, abrangendo diferentes etapas da



educação básica, como Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental. Essa diversidade de perfis enriqueceu o corpus desta pesquisa, permitindo uma análise comparativa das percepções frente às diferentes realidades educacionais diante do sistema de avaliações.

Os dados obtidos foram submetidos à Análise de Conteúdo, segundo Bardin (2011), cuja finalidade é investigar sistematicamente as comunicações, identificando categorias temáticas recorrentes e seus significados implícitos. O processo analítico seguiu três etapas:

Pré-análise, com leitura flutuante das transcrições das entrevistas, buscando familiarização com o material; exploração do material, com a codificação e categorização dos dados, organizando as falas em eixos temáticos; tratamento e interpretação dos resultados, articulando as categorias empíricas com o referencial teórico e os objetivos da pesquisa.

Essa abordagem interpretativa, conforme Flick (2009), visa compreender as práticas e significados construídos pelos sujeitos no contexto social em que atuam, o que reforça a pertinência da metodologia adotada.

A pesquisa respeitou os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo o anonimato das participantes, a confidencialidade das informações e a utilização dos dados exclusivamente para fins científicos e acadêmicos. O consentimento livre e esclarecido foi obtido antes da realização das entrevistas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A avaliação se constitui como um mecanismo que está presente de diversas formas na sociedade, pois estamos sempre avaliando, julgando e mensurando. Nesse sentido, a mesma também está inserida na educação, em avaliações internas, feita pelos professores para acompanhar o desempenho dos alunos, identificar dificuldades e potencialidades, e avaliações externas, que tem o intuito de analisar e medir o desempenho e a qualidade da educação em larga escala, é realizada por meio de algumas provas ou testes, como o SAEB e o SISPAE. No entanto, antes cabe uma breve discussão quanto ao entendimento do que é a avaliação, como um método constituído por um conceito de múltiplas significações e formas de avaliar que não pode ser compreendida por um único conceito, pois de acordo com Caldeira (2000):

A avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesma; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, consequentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica. (apud Chueiri, 2008, p. 51)





Ao estabelecer a discussão que as avaliações externas estão cada vez mais presentes no cotidiano escolar e são protagonistas na verificação do processo de ensino e aprendizagem, nos reportamos a Sousa e Oliveira (2010, p. 796) que afirmam “[...] discussão da avaliação de sistemas abrange um amplo leque de questões de natureza técnica e, para além delas implicações de ordem política, pois que está intimamente vinculada às políticas públicas de educação”.

Assim, as avaliações externas estão diretamente relacionadas as políticas públicas de educação, pois são provas que ocorrem há nível nacional ou regional e em larga escala. Além de buscar verificar o desenvolvimento da educação e consequentemente da qualidade, por meio de testes realizados com o objetivo de obter resultados quantificáveis. Para essas avaliações, Perboni (2016, p. 18) diz que “[...] ‘avaliação externa’ compreende toda configuração de avaliação formulada como algo externo à escola, não importando a quantidade de sujeitos avaliados, concebida e formulada, [...] ‘fora da escola’”.

A avaliação também está relacionada a uma prática que pode contribuir significativamente na sociedade, pois avaliar é importante para o desenvolvimento tanto no âmbito escolar, quanto na sociedade de uma forma mais geral, visto que:

[...] a avaliação é uma prática social que pode contribuir para caracterizar, compreender, divulgar e ajudar a resolver uma grande variedade de problemas que afetam a sociedade contemporânea tais como o pleno acesso à educação, a prestação de cuidados de saúde, a distribuição de recursos e a pobreza. (Fernandes, 2010, p. 15).

No entanto, a avaliação precisa considerar as especificidades individuais de cada indivíduo, pois a padronização de testes iguais a todos os alunos e alunas pode possivelmente não refletir a realidade educacional. Desse modo, para Sousa “[...] procurou-se ressaltar a importância e a necessidade de respeitar o ritmo individual de cada uma para aquisição de aprendizagem significativas” (2008, p. 20).

Nesse bojo, temos alguns indicadores que são usados na educação básica para verificar a qualidade do ensino, em especial o SISPAE que se refere a uma proposta de avaliação para o Estado do Pará e o SAEB também como um mecanismo para avaliar a aprendizagem. No entanto, esses sistemas de avaliações estão atrelados a algumas críticas, por se tratarem de testes padronizados e os resultados obtidos não demonstrarem informações, muitas vezes concretas, da realidade da educação básica e do desempenho acadêmico dos alunos. Para isso, Bauer e Silva (2005, p. 142), afirmam que:

Os resultados da avaliação, tanto os que se referem ao rendimento dos alunos, quanto às análises realizadas a partir dos questionários que são aplicados, por serem demasiadamente técnicos e complexos, trazem poucas informações que possam





servir de subsídio para uma discussão sobre a prática pedagógica. Nesse sentido, não se potencializariam as reflexões que poderiam ocorrer nas escolas, gerando pouca (ou nenhuma) mudança no seu dia a dia [...].

Sendo assim, os mecanismos de avaliações externas por serem de cunho técnico e pautado em dados mensuráveis, não apresentam uma reflexão significativa quanto ao processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, é necessário refletir em relação aos mecanismos de avaliações, para que estes apresentem dados confiáveis com o objetivo de promover de fato uma educação de qualidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As avaliações externas, ou seja, os testes padronizados, ocupam atualmente um lugar central no sistema educacional, pois é por meio dos seus resultados que se realiza o monitoramento da qualidade da educação. As provas se destacam nesse processo por influenciarem diretamente a formulação de políticas públicas, mediante a elaboração de indicadores como o IDEB. Entretanto, ainda que sejam instrumentos oficiais para medir a aprendizagem, elas recebem críticas, por priorizarem resultados quantitativos, muitas vezes descolados da realidade das escolas e da diversidade dos estudantes.

Nesse contexto, a partir das entrevistas com cinco professoras participantes desta pesquisa, revelou-se diversas percepções quanto a atuação dos docentes frente as avaliações externas, principalmente no que se refere aos impactos na prática pedagógica, na autonomia docente além de efeitos significativos na aprendizagem dos estudantes. As falas das professoras apresentam tanto aspectos positivos, relacionados a capacidade de diagnóstico, quanto críticas associadas ao modelo padronizado que nem sempre contempla as diferentes realidades escolares. Para compreender melhor os desafios, limites e possibilidades atribuídos às avaliações externas, organizamos os dados adquiridos em quadros, além de agrupar respostas semelhantes.

A partir da análise das entrevistas, observou-se que as cinco professoras, aqui identificadas como Professora 1, Professora 2, Professora 3, Professora 4 e Professora 5, possuem mais de 15 anos de experiência na Educação Básica, atuando em diferentes etapas do ensino, desde a Educação Infantil até os anos finais do Ensino Fundamental. Essa longa trajetória profissional demonstrou um olhar amadurecido sobre o processo educativo em meio as avaliações externas no cotidiano escolar. As respostas revelam visões diversas, mas também pontos de convergência em relação dos impactos dos sistemas avaliativos.

As entrevistas iniciaram a partir de perguntas sobre a formação das professoras, mais precisamente se suas formações iniciais lhe preparam para os diferentes tipos de avaliação

externa. As respostas foram diversas, mas semelhantes no reconhecimento de que a formação inicial não foi suficiente para enfrentar os desafios impostos por esses testes. A professora 1 destacou que, “não me senti preparada e tive bastante dificuldade, mas eu não me acomodei e fui buscar aprender por conta própria, com pesquisas. E agora para facilitar, todos os anos a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) fornece formações para nos preparar. A professora 3 relatou, “minha formação inicial me deu base teórica, mas necessito diariamente de leitura, formação continuada e pesquisas para lidar com eficiência”, apontando a necessidade de um constante estudo. No mesmo sentido, a 2 afirmou que “o processo educacional vai evoluindo e, consequentemente, as formas de avaliar, ou seja, estamos em processo de aprendizagem sempre”, essa fala ressalta que o prepraro docente precisa acompanhar as mudanças da prática e das políticas educacionais.

Em contrapartida, a professora 5 apresentou uma visão mais positiva, afirmando que “minha formação me deu um leque de oportunidades, onde vivenciei as teorias e pude executar na prática os diferentes tipos de avaliação”. Essas diferentes percepções apontam para uma lacuna entre a teoria e a prática, demonstrando que, apesar de oferecer uma base importante, a formação inicial ainda carece de maior aprofundamento nas discussões sobre avaliação e suas implicações pedagógicas. Além disso, os docentes precisam estar sempre pesquisando e adquirindo novos conhecimentos, ou seja, a todo momento em formação continuada, para que haja uma atuação ativa no processo educativo, e não apenas executor de tarefas externas.

Observa-se que parte das docentes associa as avaliações externas ao papel de instrumento diagnóstico, voltado à mensuração do conhecimento, priorizando números do que o processo real de ensino e aprendizagem. Ao privilegiar resultados estatísticos, gera insatisfação e descontentamento entre as professoras, que percebem um distanciamento entre o que é avaliado e o que de fato se aprende. Como destacou a Professora 2, “o professor conhece de fato a real situação do educando, enquanto a avaliação externa apenas cumpre regras do sistema, ou seja, não leva em conta as diferentes realidades sociais, pedagógica e familiar dos alunos”. Essa fala resume-se o sentimento de que esse processo avaliativo ignora o olhar pedagógico do docente, reduzindo o ato de avaliar a um mecanismo burocrático e comparativo, que não contribui para a transformação da prática educativa e pouco auxilia o desenvolvimento integral dos estudantes.

As participantes também discorreram reflexões interessantes sobre os efeitos que as avaliações externas tem na vida dos estudantes, especialmente em relação ao seu estado emocional e motivação para aprender. As professoras apontam que ao priorizar resultados e

comparações, acaba gerando ansiedade, insegurança e desmotivação entre os alunos. A professora 5 relatou que os estudantes “sentem-se tristes, desmotivados e até mesmo desistem dos estudos mediante a falta de motivação”, destacando o impacto negativo que a cobrança por desempenho pode provocar. De forma semelhante, 3 relatou que essas avaliações causam “efeitos negativos como insegurança e nervosismo, mas também efeitos positivos como reconhecimento do esforço e empenho”, revelando a ambiguidade do processo avaliativo, que ao mesmo tempo em que pode estimular, também opõe. Já a 2 ressaltou que as provas externas “geram uma pressão e uma ansiedade por conta do tempo que é exigido para realizar a prova, e isso muita das vezes faz com que o aluno tenha um mal rendimento”, evidenciando o caráter estressante desses exames.

Essas falas demonstram que essas provas, tendem a transformar o ato de aprender em uma experiência de tensão, distanciando-se da abordagem humanizadora da educação que tem o objetivo de promover uma aprendizagem significativa. Para Vasconcellos (1995):

A prática da avaliação escolar chega a um grau assustador de pressão sobre os alunos, levando a distúrbios físicos e emocionais: mal-estar, dor de cabeça, “branco”, medo, angústia, insônia, ansiedade, decepção, intenção de auto-imagem negativa. Uma escola que precisa recorrer à pressão da nota logo nas séries iniciais, em certamente, uma triste escola e não está educando, é uma escola fracassada. (apud Santos; Varela, 2007, p. 10).

Assim, percebe-se que esse modelo avaliativo, que valoriza índices e ranqueamentos, compromete o bem-estar emocional dos estudantes e enfraquece o verdadeiro sentido formativo do processo educativo.

Outro ponto amplamente enfatizado nas entrevistas refere-se à autonomia docente e à pressão institucional exercida sobre as professoras em função dos resultados que devem ser obtidos. Embora algumas afirmem não se sentirem diretamente pressionadas, outras relatam que existe uma cobrança constante por parte da gestão escolar e da Secretaria de Educação, o que acaba gerando sentimentos de responsabilização e culpa quando os índices não atingem as metas esperadas. A Professora 3 destacou que “a pressão da gestão é contínua; para os alunos, é incentivo, mas para o professor é pressão e responsabilização pelos resultados baixos”, de modo semelhante, a Professora 4 relatou que “somos comparados a outros municípios, e quando percebem que o índice de alunos leitores permanece o mesmo, sentimos a cobrança direta para elevar os resultados”.

Esse cenário de cobrança gera um fator agravante, o método de premiação adotado como estratégia para estimular o desempenho e a participação nas provas. Embora tenha o propósito de incentivo, esse método reforça a lógica meritocrática, em que apenas os que

atingem as metas são reconhecidos, enquanto os demais são excluídos. A Professora 2 mencionou que, em sua escola, “buscamos métodos de premiação para os alunos com melhores resultados”, isso evidencia que o sucesso escolar ocorre por causa das recompensas e não ao processo de aprendizagem em si. A professora 4 relatou que a SEMED chegou a sortear um aparelho celular para os alunos que fizerem a prova do SAEB, além de a escola sortear sextas básicas. Essa prática desenvolve frustração e desigualdade entre os estudantes, principalmente aqueles que enfrentam maiores dificuldades ou vivem em contextos socioeconômicos desfavoráveis.

Ao final de cada entrevista, as professoras foram convidadas a refletir se seria possível construir um modelo de avaliação que valoriza tanto os dados quantitativos quanto os qualitativos. As respostas revelaram que todas acreditam na possibilidade e, sobretudo, na necessidade de repensar o modo como a avaliação é elaborada e aplicada no contexto educacional, defendem um modelo mais humano, inclusivo e formativo, que considere não apenas os resultados obtidos nos testes padronizados, mas também as experiências, trajetórias e contextos de aprendizagem de cada estudante no cotidiano escolar.

A Professora 5 ressaltou que “é possível construir um modelo de avaliação integrada, coletando informações de diversas fontes, como provas, observações e entrevistas”, indicando a importância de compreender o desempenho escolar de forma mais ampla e contextualizada. Já a Professora 3 sugeriu que “os resultados das avaliações deveriam ser transformados em planos de ações pedagógicas”, reforçando a ideia de que os dados obtidos devem servir como ponto de partida para a melhoria do ensino, e não como mecanismo de controle ou punição.

De modo geral, as professoras demonstram um desejo coletivo de transformação do sistema avaliativo, com a criação de práticas que valorizem tanto os aspectos cognitivos quanto os socioemocionais, respeitando as diferenças individuais e promovendo uma educação verdadeiramente significativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa indicou que os sistemas de avaliação externa, embora tenham o propósito de subsidiar políticas públicas e monitorar a qualidade da educação básica, ainda representam um grande desafio para o exercício docente. As falas das professoras participantes revelaram essa percepção crítica, principalmente sobre a padronização das provas, da pressão por resultados e a limitação da autonomia pedagógica.





É importante ressaltar que apesar do reconhecimento da importância diagnóstica dessas avaliações, elas reduzem a complexidade do ato educativo a números e índices, desconsiderando aspectos qualitativos essenciais, como o contexto sociocultural dos alunos e as particularidades de cada realidade escolar. Essa lógica quantitativa acaba por gerar sentimentos de desmotivação e insegurança tanto em professores quanto em estudantes, distanciando-se de uma educação com enfoque humano, crítico e formativo.

Por meio das entrevistas foi possível identificar o desejo e o compromisso das docentes em buscar alternativas que tornem a avaliação mais significativa e coerente com o cotidiano escolar. As professoras defendem um modelo avaliativo integrado, que valorize tanto os dados quantitativos quanto os qualitativos, servindo como instrumento de reflexão e aprimoramento das práticas pedagógicas. Assim, a avaliação deve ser compreendida como parte do processo educativo, e não como um fim em si mesma.

Conclui-se, portanto, que repensar o papel das avaliações externas é fundamental para fortalecer a autonomia docente e promover uma educação mais justa e conectada com a realidade escolar e social. Recomenda-se o desenvolvimento de novas pesquisas que aprofundem o debate sobre práticas avaliativas inovadoras e humanizadoras, capazes de conciliar os objetivos institucionais com a realidade viva das escolas e dos sujeitos que nelas aprendem e ensinam.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUER, Adriana; SILVA, Vandrê Gomes. **Saeb e qualidade de ensino:** algumas questões. Estudos em Avaliação Educacional, v. 16, n. 31, p. 133-152, 2005.
- CHUEIRI, Mary Stela Ferreira. **Concepções sobre a Avaliação Escolar**. Abave. Estudos em Avaliação Educacional, v. 19, n. 39, jan./abr. 2008.
- FERNANDES, Domingues. **Acerca da articulação de perspectivas e da construção teórica em avaliação educacional**. In: ESTEBAN, Maria Teresa; AFONSO, Almerindo Janela (orgs). Olhares e interfaces: reflexões críticas sobre a avaliação. São Paulo: Cortez, 2010. p. 15-44.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GATTI, Bernardete A. **O Professor e a avaliação em sala de aula**. Estudos em Avaliação Educacional, n. 27, p. 97-113, jan./jun. 2003.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.



PERBONI, Fabio. **Avaliações externas e em larga escala nas redes de educação básica dos estados brasileiros.** 2016. 268 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente SP, 2016.

SANTOS, Monalize Rigon da; VARELA, Simone. **A Avaliação como um Instrumento Diagnóstico da Construção do Conhecimento nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental.** Revista Eletrônica de Educação. Ano I, No. 01, ago./dez. 2007.

SOUSA, Sandra Maria Z. L.; OLIVEIRA, Romualdo P. **Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 793-822, set./dez. 2010.

SOUSA, Sandra Maria Zábia Lian. **Revisando a teoria da avaliação da aprendizagem.** In: SOUSA, Clariza Prado (org.) Avaliação do rendimento escolar. 15. ed. Campinas: Papirus, 2008. p. 27-49.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.